

## ATA NÚMERO VINTE

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um:** Período antes da ordem do dia;

**Ponto dois:** Plano de Melhoria (ponto da situação - Inspeção);

**Ponto três:** Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades, 2.º período - 2015/2106;

**Ponto quatro:** Aprovação do Relatório de Conta de Gerência;

**Ponto cinco:** Apreciação e aprovação do Projeto de desenvolvimento das AEC's para o ano letivo 2016/2017;

**Ponto seis:** Análise às condições gerais em que está a funcionar o 2.ciclo no Agrupamento escolas de Ovar -- como valorizar este ciclo de ensino?

**Ponto 1:** Período antes da ordem do dia – Foram aprovadas as atas números dezoito e dezanove. A Presidente comunicou que já entregou à Diretora do Agrupamento o quadro com o louvor à antiga Coordenadora do 1º Ciclo, Isabel Vasconcelos. De seguida, lamentou a ausência de alguns conselheiros às reuniões, repetidamente, solicitando a opinião dos presentes com vista à resolução deste problema, tendo em conta a importância da representatividade dos mesmos. Os conselheiros sugeriram que a Presidente apelasse, por escrito, aquando da próxima convocatória à participação presencial de todos. Seguidamente, a Diretora declarou que tinha informações, mas que estas não se enquadravam neste ponto da reunião. Decidiu-se, então, que a partir desta reunião se iria introduzir o ponto Informações. De seguida, a Diretora informou que a rede escolar se mantinha, apesar de haver redução de uma turma no 12.º ano. Deste modo, haverá quarenta turmas no 1.º ciclo, provavelmente, dependendo do número de alunos inscritos e vinte e duas turmas no 2.º ciclo. Acrescentou que caso haja uma turma de Percurso Curricular Alternativo (PCA), haverá redução de uma turma de 2.º ciclo. Em relação aos cursos profissionais, a Diretora declarou que, é provável que haja duas turmas com quatro opções: Técnica de Saúde, Gestão de Ambiente, Gestão de Equipamento Informático e Receção. Não haverá cursos vocacionais, mas possivelmente, um Curso de Educação e Formação (CEF). Referiu ainda que os alunos condicionais no 1.º ciclo, não contam para a aprovação de constituição de turmas. De acordo com a Diretora, o Ministério da Educação quer ter tudo resolvido até finais de julho. Nas reuniões que teve com os representantes do Ministério de Educação, chamaram a atenção para as turmas reduzidas e alertaram para a inscrição na disciplina de Educação Moral Religiosa Católica porque quem se inscrever nesta disciplina não pode desistir. Quanto à questão das Provas de Aferição, após

ter ouvido o Conselho Pedagógico, a Diretora informou que, estas seriam aplicadas aos alunos dos 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade. Acrescentou que pedira aos coordenadores para apresentarem argumentos pedagógicos válidos para a realização das mesmas. Face à ausência dos mesmos e tendo em conta que o Agrupamento está sujeito ao Plano de Melhoria e ponderando o fator de obrigatoriedade no próximo ano letivo, considerou pertinente a realização das mesmas, além de que, as escolas terão acesso a uma ficha individual por aluno com a identificação das dificuldades demonstradas. Também esclareceu que as matrizes das provas já estão na página do IAVE e que as provas de aferição do 2.º e 5.º anos serão aplicadas às dez horas e trinta minutos, em contexto de turma e que as provas do 8.º ano no período da tarde, nos dias seis e oito de junho. A conselheira Manuela Bornes mencionou que, em conselho de ano, a sua opinião foi favorável à realização das provas de aferição, mas que essa posição foi minoritária. A este propósito, a conselheira Teresa Andrade referiu que era a favor dos Exames nos 4.º e 6.º anos, mas não concorda com as Provas de Aferição, na medida em que os alunos as consideram uma brincadeira além de que não se tem em conta o ciclo. A conselheira Josefina Ventura acrescentou que devido a esta postura, as provas começaram a contar 20% na nota final. A Presidente questionou se todos os alunos a realizariam, inclusivamente os alunos com necessidades educativas especiais (NEE). A Diretora referiu que a prova é uma vantagem para se aferir as dificuldades que cada aluno tem, sendo aplicada a todos os alunos, exceto aos que faltarem ou aos alunos de Currículo Escolar Individual (CEI).

**Ponto 2:** Plano de Melhoria (ponto da situação - Inspeção) – A Diretora informou que os Departamentos estão a desenvolver atividades com o objetivo de se criarem rotinas de trabalho colaborativo e partilha de materiais pedagógicos. De acordo com a Diretora, a Inspeção deu algum aconselhamento e em julho será a sessão final. Informou ainda que, o Plano de Melhoria é para dois anos e que a indisciplina não é uma área do Plano de Melhoria. Na sua opinião, na maioria dos casos, trata-se de instabilidade e não indisciplina. Neste sentido, o conselheiro Gonçalo Borges afirmou que tem professores muito diferentes, uns mais tolerantes e outros menos. A este propósito, a Diretora salientou que as relações interpessoais são muito importantes e em algumas turmas há alunos que desestabilizam as aulas. Referiu ainda que, a Inspeção não deu sugestões, apenas escolheu duas turmas da escola António Dias Simões (ADS) e três turmas da escola Secundária José Macedo Fragateiro (ESJMF), ou seja, as turmas que obtiveram Mau no Perfil Comportamental da Turma, no final do 1.º período. Os professores dos referidos conselhos de turma elaborarem um Código de Conduta para corresponsabilizarem os encarregados de educação e os alunos, no entanto, os resultados ainda não são os desejáveis em todas as turmas, de acordo com a

Diretora. A mesma salientou que, alguns professores consideram determinados comportamentos graves, enquanto outros não, sendo, portanto, difícil estabelecer um padrão e obter os mesmos resultados. Afirmou ainda que os casos de indisciplina são pontuais. O conselheiro António Gonçalves considera que a Inspeção fez o seu papel. De acordo como mesmo, o tempo para a elaboração de documentos e de materiais foi curto, retirando tempo de qualidade à prática docente, mas acredita no processo que foi criado, tendo em conta os resultados já conseguidos. De seguida, a conselheira Josefina Ventura mencionou que nas Línguas há muito material para partilhar práticas científico-pedagógicas e que as matrizes e os testes são iguais para todas as turmas do mesmo ano. A conselheira Teresa Andrade referiu que o trabalho colaborativo e a troca de experiências de práticas pedagógicas é uma prática comum no seu subdepartamento, contudo, a obrigatoriedade do registo, acarretou muitas horas de trabalho extra na escola. A este propósito, a Diretora concluiu, dizendo que espera que o trabalho colaborativo seja uma prática futura no Agrupamento.

**Ponto 3:** Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades, 2.º período - 2015/2106 – A conselheira Manuela Bornes referiu que seria bom ter uma previsão do número de alunos que frequentaram o Jardim de Infância em instituições privadas e que irão frequentar o 1.º ciclo, neste agrupamento, no próximo ano letivo. A mesma salientou que seria importante fomentar o intercâmbio entre o privado e o público, a nível do pré-escolar, de modo a potenciar o desenvolvimento de ambos. Considerou que as turmas do 1.º ano são formadas por alunos que vêm dos Jardins-de-infância públicos mas também dos privados e seria vantajoso que houvesse alguma articulação entre ambos, nomeadamente, no que se refere a avaliação, métodos e currículo. De seguida, a Presidente salientou que dificilmente, um encarregado de educação pede adiamento escolar para o seu filho, mesmo que apresente um distanciamento a nível das aprendizagens, o que pode não ser benéfico, na sua opinião, para o aluno. A este propósito, a conselheira Teresa Cruz mencionou que de seis alunos que tem para ingressar no 1.º ciclo, apenas, uma encarregada de educação pediu adiamento. A conselheira Margarida Cardoso salientou que muitas crianças revelam imaturidade emocional. A Diretora informou que na EB/J. I. de S. João houve dois pedidos de adiamento para o 1.º ciclo. Declarou que estes processos são elaborados pela escola, porém a avaliação é efetuada em Coimbra ou Lisboa. De seguida, o conselheiro José Lopes, interveio, lendo o documento transcrito *“Nesta apreciação ao Relatório de Atividades do 2.º período, ainda que o mesmo se apresente como pretendendo traduzir de forma sintética a atividade sem introduzir apreciações, como é afirmado, não parece ser o melhor caminho para um documento que deveria ser instrumento de fomento de melhorias das atividades. Estes relatórios vêm sendo apresentados como meros números, e sem grandes observações, que anteriormente iam estimulando debate no*

*Conselho Geral. Uma evolução na apresentação deste tipo de relatório que se vem repetindo, e que deixou de ter observações objetivas sobre os quadros de análise aos resultados dos vários ciclos, agora apresentados de forma demasiado sintética, ainda que não consigam escamotear a realidade dos números. Mesmo sem muitas notas de roda pé com pertinentes observações que nos ajudavam a debater os relatórios, os quadros com os resultados escolares, mostram evoluções pouco relevantes e pouco entusiásticos. Sobre estes dados, acredito que resultam mais da falta de interesse e motivação dos alunos, do que, da falta de empenho dos docentes, ainda que seja de admitir que para muitos dos alunos que se arrastam sem interesse pela Escola, não sendo fácil contrariar tal postura também influenciada pelas famílias e realidades sociais, as possíveis estratégias coletivas e individuais para contrariar tais tendências, parecem demorar a dar frutos e tornam pouco gratificantes os dados apresentados como positivos no geral dos vários ciclos. Sobre os Apoios ao Estudo, os dados apresentados, traduzem as enormes dificuldades para se alterarem os quadros dos resultados escolares. Há um esforço indiscutível e tantas vezes frustrante dos docentes, mas vão ficando para trás os alunos que mais precisam de recuperar, e que, por vários fatores, de período para período letivo, vão encarando estas oportunidades de Apoio como um mero horário para cumprir, na continuação das aulas que também são levadas pouco a sério por alguns destes mesmos alunos sem perspectivas nem motivações. Podia-se ainda reconsiderar se este modelo de Apoio ao Estudo e seu funcionamento, está verdadeiramente a corresponder aos objetivos a que se propõe, como resposta da escola pública ás dificuldades identificadas dos alunos. No ponto do Ensino Especial (pág. 12), os docentes de educação especial, os professores titulares de turma e conselhos de turma, continuam a considerar que as medidas implementadas no PEI – Programa Educativo Individual são adequadas. Mas olhando para o quadro de aproveitamento destes alunos, talvez fosse de reconhecer que neste capítulo exige-se mais. Já no ponto sobre o Perfil Comportamental das Turmas (pág. 14), são apresentados elementos num quadro pouco esclarecedor comparativamente com o Relatório do 1.º período. Por exemplo, no 2.º ciclo, na classificação de MUITO BOM evoluiu positivamente de 0 para 1 turma, ao contrário do que aconteceu no 3.º ciclo. Já no BOM e REGULAR manteve-se uma certa continuidade no número de turmas. Estes elementos seriam animadores se, se percebesse como se chegam a eles. Ou seja, que critérios podem justificar tão grande feito, de na classificação de MAU a evolução ser de 2 para 0 turma? Uma evolução que seria de enaltecer se não correspondesse a uma certa fixação, caso tenhamos em consideração o capítulo da Disciplina, em que, nos processos disciplinares somos confrontados com dados preocupantes e bem reveladores das contradições que aqui exponho. Tanto mais quando, por exemplo a António Dias Simões passa de 3 processos no 1.º período para 10, uma tendência*

ao contrário da Secundária. José Macedo Fragateiro que, dos 17 iniciais recuou para 9 e bom seria que a redução prosseguisse até ao final do ano. Tendo em conta esta constatação, não percebo a conclusão sobre o Perfil Comportamental das Turmas, quando é afirmado que, houve uma ligeira melhoria, dando o exemplo do 2.º ciclo, como não tendo turmas no perfil de MAU. Ainda neste âmbito, no ponto 5.3 - Avaliação do Saber ser/saber estar, compreendo o registo de agrado face aos 174 alunos com 100% em todas as disciplinas, do total de alunos do AEO. Mas, e ainda que o 1.º ciclo apresente números que devem merecer atenção, preocupante é a reduzida minoria de alunos no 2.º ciclo, que atingem este patamar dos 100% (em 510 só 20 alunos) e no 3.º ciclo dos 493, só 14 alunos. Por fim, e sobre outras atividades, gostaria de saber que tipo de colaboração foi dada à Fundação Manuel Leão para um chamado projeto de desenvolvimento da educação no concelho de Ovar. Assim como, saber também se vai ser disponível a este Conselho Geral informação sobre a clarificação de posições da CIRA e da ANQEP relativamente às ofertas formativas, de preferência ainda antes de terminar o ano letivo.” Após a leitura do documento, a Diretora informou que a Fundação Manuel Leão solicitou que os professores do 1.º ciclo e do Pré-escolar participassem num painel. Os membros da Fundação agradeceram a disponibilidade dada para falarem com os alunos e referiram que as intervenções destes foram de qualidade. Quanto à CIRA, a Diretora acrescentou que houve uma reunião de apresentação da ANQEP onde esteve presente o engenheiro Gonçalo Xufra que apresentou a forma de funcionamento da Agência e o que pensava ser o mais adequado para a definição da Oferta Formativa dos Cursos Profissionais, entendendo que o trabalho fora iniciado tardiamente, mas que noutras zonas esta oferta era definida nas Câmaras e não exclusivamente no Ministério de Educação. O conselheiro José Lopes interveio, dizendo que este trabalho era para ter sido feito antes e que os cursos profissionais são criados para desenvolver competências para os alunos se integrarem na sociedade, sabendo ler e interpretar um documento, por exemplo. A Diretora informou que os cursos são escolhidos com base em informações que vêm da Autarquia e dos recursos mínimos que há. De acordo com a Diretora, na Saúde há necessidade de recrutar especialistas. Em relação à avaliação do Saber Ser /Saber Estar, a conselheira Josefina Ventura referiu que cada conselho de turma segue os critérios tendo em conta os descritores. De acordo com esta conselheira existe alguma subjetividade e, por isso, os critérios têm de ser uniformes para todos. A este propósito, a conselheira Teresa Andrade referiu que, o facto, do aluno ter falta de material, já não lhe permite obter 100% no domínio das atitudes e valores. Além disso, o número de docentes do 2.º ciclo em relação ao 1.º ciclo é diferente. Ainda a este propósito, a Diretora informou que as atitudes e valores ficam limpos no final de cada período, podendo o aluno no período seguinte melhorar no domínio das atitudes e valores. A

conselheira Josefina Ventura manifestou a sua preocupação em relação às refeições marcadas. De acordo com a mesma, os alunos marcam as refeições, mas não vão almoçar, havendo, portanto, muito desperdício alimentar. Referiu que quando a refeição é de peixe, os alunos não comem, apesar de serem obrigados. Salientou que há grande diferença entre o número das refeições servidas e as marcadas. Acrescentou que os encarregados de educação não fazem a desmarcação da respetiva refeição quando o seu educando está doente, apesar de pagarem a refeição à terceira falta. De seguida, a Presidente, de acordo com as declarações do Conselheiro José Lopes acerca dos resultados escolares dos alunos com NEE, referiu que efetivamente estes não foram os mais satisfatórios. Na sua opinião, devia de haver uma maior colaboração entre escola/família como parece acontecer entre o professor titular e o de educação especial. Na sua opinião, os alunos não trabalham o suficiente em casa e esta é uma preocupação do departamento de Educação Especial. Referiu ainda que os alunos com necessidades educativas especiais mencionados têm um currículo normal, mas as medidas adotadas para os mesmos, de acordo com a patologia e dificuldades de aprendizagem que porventura possam apresentar, podem ser alteradas durante o ano letivo, de forma a ajudar o aluno a superar as suas dificuldades. Acrescentou ainda que os três alunos de CEI, da Escola EB António Dias Simões, têm instalações insuficientes para desenvolverem o currículo e aprenderem determinadas rotinas diárias necessárias para a sua integração na vida ativa. Frisou que estes alunos deviam ter espaços mais apropriados para realizarem aulas mais práticas e funcionais, pois passam muito tempo numa sala em que as condições físicas não são as mais apropriadas para o desenvolvimento das citadas atividades e vão perdendo gradualmente o interesse. São alunos com características muito específicas e têm que ser constantemente motivados para a aprendizagem e isso requer condições. Relativamente aos alunos de etnia cigana, a Presidente referiu que alguns alunos têm comportamentos incorretos e dificuldades em cumprir as regras estipuladas, nomeadamente, o aluno Gabriel. Mencionou que este está constantemente a abrir e a fechar as portas das salas de aula (no pavilhão em que dá aulas), insulta todos, de acordo com o que ouve de outros professores, mas de forma subtil. Terminou, dizendo que a coordenadora da Escola António Dias Simões (ADS) deveria ter um papel mais ativo e mais autonomia para agir em conformidade com as situações. Propôs ainda que no próximo ano letivo, a coordenadora de estabelecimento pudesse contar com mais um elemento para a ajudar na coordenação. De seguida, a conselheira Teresa Andrade acrescentou que se alguém a magoar apresentará queixa à polícia, fazendo uso dos seus direitos.

**Ponto 4:** Aprovação do Relatório de Conta de Gerência – A Diretora informou que fez uma comparação dos alunos matriculados nos anos anteriores e este ano letivo, verificando que

atualmente há dois mil e seiscentos e trinta e seis alunos e que nunca atingimos os três mil alunos. Esclareceu ainda que, recebe duas tranches: uma para o pagamento do aluguer das instalações e outra para as despesas correntes e amortizações. Depois de analisado e discutido, o relatório foi aprovado.

**Ponto 5:** Apreciação e aprovação do Projeto de desenvolvimento das AEC para o ano letivo 2016/2017 –A Diretora informou que, provavelmente, o Projeto será idêntico ao deste ano letivo. A atividade de Inglês será para o 3.º e 4.º anos; o horário será das 16:30 às 17:30. Depois de analisado e discutido, o Projeto foi aprovado.

**Ponto 6:** Análise às condições gerais em que está a funcionar o 2.º ciclo no Agrupamento escolas de Ovar -- como valorizar este ciclo de ensino?– Este ponto da ordem de trabalhos foi proposto pelo conselheiro José Lopes, que o iniciou, dizendo que o debate não seria estimulante devido ao número de conselheiros ausentes à reunião, nomeadamente os representantes da autarquia. Referiu que este ponto surgiu devido às preocupações manifestadas pelos não docentes e alguns docentes da ADS. Assim, leu o documento que se transcreve *“Gostaria de começar por afirmar, que a tarefa não é fácil, nem foi fácil assumir tal proposta para debate neste Conselho Geral, desde logo como conselheiro não docente. Mas em coerência com preocupações tantas vezes expostas neste órgão, relativas neste caso à escola EB António Dias Simões, tal tema não poderia continuar a ser adiado, pelo menos da minha parte, até como elemento da referida comunidade escolar na qualidade de assistente operacional. Não justifico este ponto com elementos científicos ou pedagógicos, estudos técnicos, avaliações ou relatórios que sistematizem propostas de caminhos alternativos à atual realidade do 2.º ciclo no Agrupamento de Escolas de Ovar. Limito-me sim, a expor aqui um sentimento partilhado no mínimo entre não docentes, sobre uma unidade escolar em que funciona o 2.º ciclo, num ambiente que se degrada em geral. Seja na motivação e envolvimento dos diferentes elementos da comunidade escolar (alunos, docentes e não docentes). Seja na componente física do edificado (interior ou exterior). Seja na vertente das relações humanas. Seja ao nível comportamental nada dignificante na escola pública, sem perspetivas de alguns perturbadores sinais serem contrariados de forma coordenada e empenhada. Sendo a EB António Dias Simões a escola do AEO com a oferta educativa do 2.º ciclo, obrigatória no percurso escolar dos jovens alunos que transitam do 1.º ciclo, para uma frequência no mínimo de dois anos. O seu ambiente geral, acaba por marcar a curta ou longa passagem pela vivência escolar, partilhada nesta escola. Há um certo sentimento de abandono de uma comunidade escolar que, acabou vítima da evolução da rede escolar e organização de um Mega agrupamento que, deixou o 2.º ciclo subalternizado e quase limitado a uma fase transitória, para garantir a permanência de vários alunos sem*

*aproveitamento escolar até à idade da escolaridade obrigatória. Destino confrangedor dado ao 2.º ciclo, sobretudo quando não são perceptíveis medidas e estratégias de intervenção individualizadas, que eventualmente potenciem tal realidade em que convivem diferentes percursos escolares. São os casos dos alunos ciganos, que muito raramente transitam para o 3.º ciclo ou secundário, ou ainda vários outros exemplos de alunos, que por diferentes motivações e realidades socioculturais, a escola nada lhes diz, pelo menos nesta fase de idade de pré-adolescência, agravado com a ausência de mecanismos de curriculum mais flexíveis. Fatores que podem determinar o arrastar sem perspectivas no 2.º ciclo, de muitos destes alunos que acabam por engrossar o abandono escolar. Todo este cenário aqui exposto sem pretensiosismos, mas como resultado do olhar de não docentes e da partilha com outros profissionais da educação, como é o caso dos docentes. Até podia ser uma extraordinária experiência de vivência escolar para uma maioria de alunos que, permanecem apenas 2 anos neste ciclo de ensino, adquirindo assim competências, sobretudo de relação pessoal e social, com os mais variados fenómenos da sociedade, que nesta escola ganham redobrada visibilidade e importância, por se prolongarem demasiado tempo, aqui sim ao seu ritmo, num ciclo tão curto entre o 1.º e o 3.º ciclos. Não menos importante ainda é o ambiente de trabalho marcado por falta de alegria, sobretudo, quando ao longo dos corredores se depara com a natural e saudável alegria dos alunos, que poderia ser contagiante, não fosse misturar-se com atos e atitudes de gratuita violência verbal e tantas vezes física, em total desrespeito para com os próprios colegas e indiferentes ao meio escolar que os rodeia. Sem que os adultos, os docentes e não docentes, muitas vezes encontrem força interior para intervir em momentos quase humilhantes para os profissionais, que se vão tornando prática do dia-a-dia. Assim, com o ano letivo 2015/16 a chegar ao fim e com um novo ano em preparação, é tempo deste órgão de gestão estratégica do AEO manifestar disponibilidade para debater as condições de funcionamento do 2.º ciclo e promover estratégias que sensibilizem para a necessidade de um novo ano letivo que perspetive objetivos mobilizadores das potenciais sinergias dos vários intervenientes no processo educativo. Alguns apontamentos a merecerem atenção no ponto de vista não docente: Necessidade de uma coordenação de estabelecimento mais presente, considerando uma unidade com mais de 500 alunos e todos os potenciais acontecimentos e conflitos ao longo do dia que exigem resposta imediata, independentemente do horário de aulas atribuído; Falta de reuniões entre Direção, Coordenação e não docentes para um adequado envolvimento e intervenção coordenada no processo educativo que está para além da sala de aula; Desmotivação e impotência entre os não docentes face à falta de reconhecimento do seu papel e intervenção em meio escolar, como fatores para atitudes passivas; Ausência de preparação para se contrariar em espaço*



escolar a tendência de alguma impunidade, manifestada por alunos que por diferentes motivos e realidades sociais, persistem em comportamentos intoleráveis que pouco dignificam a imagem da escola no exterior; Impreparação para lidar com situações específicas, como alunos de etnia cigana e sua relação com a escola. Resistência às regras da escola, falta às aulas, perturbação exuberante em espaços escolares e sobretudo sentimentos de intimidação que reforçam a tendência para as reações passivas e consequente reforço do sentimento de impunidade de alguns destes alunos, sem que a escola possua qualquer técnico mediador que permita gerir com dignidade a multiculturalidade tão desaproveitada em meio escolar para uma verdadeira e efetiva integração; Ordem de saída dos alunos da sala de aula por motivos de indisciplina, cada vez mais banalizada e habitualmente sem efeitos práticos no período da tarde, por falta de docentes para acompanharem os alunos. Estas são algumas das questões práticas, que por parte dos não docentes, são motivo de questionamento, representando apenas uma parte das condições em que funciona o 2.º ciclo. Indicadores que a serem motivo de procura de soluções e de afinção para uma nova postura no próximo ano letivo, aliviaria parte do atual cenário nesta escola, marcado por um ambiente de costas voltadas, de falta de diálogo e sobretudo de falta de motivação e empenho na transformação de uma realidade, que, mesmo sendo difícil reconhecer aqui por outros elementos da comunidade escolar, é um sentimento partilhado entre docentes e não docentes. É imperioso valorizar o 2.º ciclo! Para além dos apontamentos que refletem mais diretamente o sentimento dos não docentes sobre necessárias melhorias. Outras razões, mais do âmbito pedagógico podem e devem ser tidas em conta para uma diferente dinâmica, que combata a tendência para a degradação deste espaço escolar. Os elementos fornecidos pelos relatórios dos períodos letivos são indiscutíveis indicadores a terem em linha de conta, nos resultados escolares, nos apoios educativos ou na indisciplina. Assim estejam os vários intervenientes disponíveis para a necessidade de partilha de experiências, que merecem reflexão e esforços de mudança, para que, mesmo numa comunidade educativa que perdeu a sua vitalidade de outros tempos, consiga encontrar caminhos que proporcionem aos jovens alunos do 2.º ciclo, uma vivência escolar estimulante, nesta sua fase de transição entre o 1.º e o 3.º ciclo, numa escola, que, apesar de toda a sua envolvente arquitetónica já descaracterizada e pouco atrativa, pode proporcionar a devida valorização deste ciclo de ensino na preparação dos alunos para a fase seguinte nos seus percursos escolares, como é a passagem para uma escola secundária. Incompreensível será, iniciarmos mais um ano letivo repetindo o caminho seguido até aqui, fazendo aumentar a tendência da passividade e da indiferença.” Seguidamente, a professora Teresa Andrade referiu que não concordava em pleno com o documento lido. Segundo esta

conselheira, a escola ADS precisa de obras, há indisciplina por parte dos alunos ciganos e não ciganos, casos já diagnosticados. De acordo com a mesma conselheira, a escola é, em muitos momentos, a sua primeira casa dado o tempo que nela permanece; daí, não poder aceitar aquilo que ouviu. Acrescentou ainda que há uma luta constante, por parte do outro Agrupamento em ficar com turmas do 5.º ano, pelo que lamentou a ideia errada que se estava a transmitir da escola e que mesmo com instalações precárias, o melhor é permanecer aqui. De seguida, a Presidente mencionou que há menos funcionários em determinados serviços e propôs a rotatividade dos mesmos. Seguidamente, a Diretora afirmou que é uma questão de organização. Esta questão, de acordo com a Diretora, foi delegada aos coordenadores de estabelecimento. Contudo, acrescentou, que há setores para os quais algumas pessoas não terão perfil. Quanto às instalações precárias, a Diretora informou que foram gastos vinte mil euros na ADS para melhoramentos. De seguida, a conselheira Josefina Ventura salientou que há necessidade de se otimizar recursos e concordou com alguns pontos do documento do conselheiro José Lopes. Acrescentou que, antigamente havia outra dinâmica na escola que hoje não se nota, devido à carga horária. Referiu que outrora, o professor César Brás andava pelo recreio e atuava imediatamente e isto contribuía para que não houvesse tanta instabilidade na escola. A este propósito, a Diretora referiu que tal estratégia originou queixas por parte de alguns encarregados de educação, face à sua atuação. Perante a necessidade de uma coordenação mais presente, mencionado anteriormente pela Presidente, a Diretora afirmou que a professora Teresa Simão utiliza mais horas que a Lei prevê na escola e não acredita que as professoras, Teresa Simão e Lúcia Pacheco, estejam estritamente na escola, apenas no seu horário escolar. Referiu que há menos professores devido ao artigo 79.º, mas que a vigilância nos intervalos é da competência dos auxiliares de ação educativa e não dos professores. Mencionou ainda que havia indisciplina na ADS, tal como na ESJMF. Para refletirem sobre estes problemas, a Diretora referiu que convidou os funcionários para uma reunião, mas o conselheiro José Lopes não compareceu, admirando-se, do facto de agora sugerir reuniões com a Direção. A mesma referiu que a escola ADS precisa de obras até na canalização e lamentou que os Relatórios apresentados sejam criticados nesta reunião, pois, demoram muito tempo a serem elaborados, bem como o facto de se transmitir a ideia que a ADS está um caos. De seguida, a conselheira Teresa Andrade frisou que os alunos da ADS saem bem preparados, pratica-se um ensino de qualidade e exigência. Manifestou ainda que, nunca sentiu um mau relacionamento entre docentes e a falta de alegria dos mesmos para lecionarem. A este propósito, o conselheiro Gonçalo Borges afirmou que saiu da ADS há seis anos e nunca identificou tristeza nos professores. Acrescentou que gostou muito de estudar nesta escola e que foi bem preparado. Seguidamente, a conselheira Josefina Ventura referiu

que era importante fazer-se o levantamento das situações que não estão bem e que precisam de ser melhoradas, nomeadamente o revestimento das janelas das salas devido à luminosidade. Seguidamente, o conselheiro Guilherme Enguião concordou com a conselheira Teresa Andrade e lembrou que o Agrupamento tem outras escolas para além da ADS e da ESJMF e, nestas, os problemas já estão identificados. Posteriormente, a conselheira Manuela Bornes justificou a tristeza dos professores mencionada pelo conselheiro José Lopes, devido à alteração da carga horária e ao elevado número de reuniões e de trabalho na escola, mas quando questionada sobre a falta de alegria junto dos alunos, a mesma afirmou que não se sentia. Ainda em relação ao assunto “*banalização das saídas da sala de aula*”, a conselheira Teresa Dias perguntou ao mesmo, qual o seu entendimento para tal afirmação. Foi respondido que pretendia dizer exatamente o que leu e que os docentes não faziam as respetivas ocorrências das saídas das aulas. De seguida, o conselheiro António Gonçalves mencionou que entende o conselheiro José Lopes nas preocupações que refere, sendo muito útil à própria escola que o faça. Referiu, ainda, que tais preocupações se devem estender a todas as escolas do Agrupamento.

O conselheiro José Lopes interveio dizendo, que há um docente que se sente intimidado e não se sente apoiado pelos colegas. Terminou, dizendo que lamenta que se inicie o próximo ano letivo com a mesma passividade, apatia e frustração.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros Ana Cunha, António Costa, Bruno Oliveira, Filipe Faria, Francisco Andrade, Ana Paula Rodrigues, Cristina Costa, Cláudia Torres e Rui Polónia.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

Teresa Andrade/ Teresa Dias

---

Maria de Lurdes Ferreira

### ATA NÚMERO VINTE E UM

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela

docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1:** Período antes da ordem do dia;

**Ponto 2:** Informações;

**Ponto 3:** Apreciação do Plano estratégico a implementar no ano letivo 2016/17;

**Ponto 4:** Parecer sobre os Critérios a considerar na organização do ano letivo 2016/17;

**Ponto 5:** Aprovação do mapa de férias da Diretora do Agrupamento.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia – Iniciou-se a reunião com a aprovação da ata número vinte. O conselheiro Filipe Faria sugeriu que os textos lidos na reunião fossem anexados à ata, opinião partilhada pelas conselheiras Teresa Andrade e Teresa Dias, considerando que as atas ficam muito extensas. Contudo, os conselheiros Manuela Bornes, José Lopes, Rui Polónia, Margarida Cardoso, Josefina Ventura, Ana Paula Godinho e a Presidente discordaram com esta posição, pois, consideram que todos os documentos devem fazer parte do corpo da ata, havendo garantia que a ata é lida na totalidade e, deste modo, as intervenções e reflexões serão melhor entendidas, havendo, portanto, sequencialidade de ideias. A conselheira Teresa Andrade considera que quando algum conselheiro propõe um tema para debate nesta reunião, este deveria enviar tópicos para discussão. A este propósito, o conselheiro Rui Polónia mencionou que os temas não devem ser balizados para haver reflexão. O conselheiro José Lopes concordou com a conselheira Teresa Andrade, pois na sua opinião é bom traçar algumas dicas para se justificar o ponto. Seguidamente, este conselheiro leu o documento transcrito: *“Como venho de um tempo de gestão na Escola António Dias Simões em que vidro partido, era vidro novo colocado no mesmo dia, apesar de já aqui ter colocado esta questão, não se compreende, nem pode haver justificação para o estado deprimente que se repete em cada período letivo, em que se acumulam vários tipos de vidros partidos, incluindo alguns que representam pontos flagrantes de risco para os alunos em geral e particularmente para alunos, por exemplo com Perturbação do Espectro do Autismo, tal é o perigo de autênticas lâminas que ninguém pode afirmar que desconhece e para os quais já é difícil da nossa parte imaginar forma de proteção. Chegámos mais uma vez ao final do ano letivo com vidros partidos em portas e janelas de salas de aula, em alguns casos substituídos por placas de esferovite, dando uma imagem inqualificável desta Escola, a que parece que todos nos habituamos a conviver com tal cenário surrealista. Lamentável é ainda a estranha indiferença dos próprios pais e encarregados de educação, que mais uma vez foram receber as fichas de avaliação dos seus educandos e tiveram certamente oportunidade de observarem tal realidade, sem darem sinais de inquietação nem interesse em conhecerem as condições da escola dos seus educandos e o seu verdadeiro estado. Isto porque, durante um período letivo*

*entrar e sair de uma sala de aula por uma porta sem vidro e substituído por materiais como esferovite, cartão ou madeira, pedagogicamente só pode significar mau exemplo e aceitação passiva do que não pode e não deve ser normal numa escola pública. A quantidade de vidros partidos foi sempre significativa nesta Escola com muitas zonas envidraçadas, situação que se vem agravando com demasiadas áreas com pedras solta, para além das habituais brincadeiras que também se incluem nos incidentes de que resultam vidros partidos, mas deixar acumular vidros partidos de diferentes medidas, é uma opção que em nada dignifica a Escola do 2.º ciclo deste Agrupamento. Para não me acusarem de pintar um quadro demasiado preto, e quando qualquer aluno poderia filmar ou fotografar e assim denunciar tal estado terceiro mundista da sua escola, tal como usam e abusam com as suas fotos individualmente ou em grupo captadas dentro da escola e publicadas no facebook. Deixo aqui de forma preventiva, algumas imagens que falam por si.”*

Após a leitura do documento, o conselheiro Rui Polónia frisou que não concordava com a afirmação do conselheiro José Lopes quando referiu que os pais/encarregados de educação não se importavam com os vidros partidos, pois já tinha colocado este problema à Diretora em conselho geral e a resposta que obteve foi que estes seriam substituídos no final do período. Acrescentou que, os alunos estiveram mais de dois meses com vidros partidos e no seu lugar foram colocados plásticos negros, exemplificando com a turma do seu filho. Considera que esta atitude é inqualificável e que este problema tem de ser resolvido. Questionou se não seria possível, protocolar com as empresas, no sentido de as mesmas custearem e terem o apoio das associações de pais. A Diretora interveio, dizendo que neste momento não há dinheiro, sendo o saldo disponibilizado em junho para pagamento de situações prioritárias, tais como, vedação, fugas de água e pavimento do ginásio. Salientou que já tinham sido substituídos alguns vidros e que a frequência de vidros partidos é bastante. Informou que nem todos os alunos que partem vidros os pagam. Por isso torna-se necessário haver mais vigilância nos recreios. Continuou a sua intervenção, dizendo que o estado tem compromissos com empresas, sendo o dinheiro necessário obrigatoriamente para o pagamento da luz, água e gás. Informou ainda que não houve financiamento para algumas visitas de estudo e que o problema dos vidros estará solucionado no princípio do ano letivo.

De seguida, a conselheira Teresa Andrade referiu que está no Regulamento Interno que não se deve jogar à bola, junto aos pavilhões e, apenas no campo de jogos, logo quando os alunos partem os vidros, deverão pagá-los. Seguidamente, a Presidente mostrou a sua preocupação com as portas basculantes por serem muito perigosas devido aos vidros e questionou a quem competia a manutenção dos jardins e zonas ajardinadas. A Diretora respondeu que a manutenção das escolas fica caríssima e caso, não aconteça tal como sucedeu na António Dias

Simões (ADS), degradação gera degradação. Referiu também que a manutenção dos espaços de jardinagem da Escola Secundária José Macedo Fragateiro (ESJMF) e ADS pertence ao Agrupamento, enquanto que, a das escolas do 1.º ciclo é da responsabilidade da autarquia. A este propósito, as conselheiras Manuela Bornes e Margarida Cardoso referiram que as escolas do 1.º ciclo e os jardins-de-infância se encontram bastante degradados, não apenas os edifícios, mas principalmente a nível sanitário. Face à complexidade do assunto, apontaram o tratamento deste problema para o início do próximo ano letivo.

Ponto 2: Informações –A Diretora informou que o número de alunos por ciclos, no Agrupamento é o seguinte: Pré- escolar: cento e setenta e três crianças; 1.º ciclo: oitocentos e noventa e dois (cento e setenta e oito no 1.º ano, dos quais sessenta são oriundos de outros Agrupamentos); 2.º ciclo: quatrocentos e setenta e dois; 3.º ciclo: quatrocentos e oitenta e oito. Frisou que houve oitenta inscrições no Ensino Pré-escolar e que há menos uma turma no Jardim de Infância de Oliveirinha. Afirmou que se verifica um decréscimo acentuado de alunos matriculados no Agrupamento. Continuando a sua intervenção, declarou que existem quarenta turmas no 1.º ciclo e que as duas turmas de vinte e três alunos na EB da Ribeira se mantêm. No 2.º ciclo, no 5.º ano estão matriculados duzentos e vinte alunos, tendo-se perdido uma turma e no 6.º ano mantêm-se as onze turmas. Na totalidade há vinte e uma turmas. A turma do ensino articulado do 5.º ano será constituída por vinte e quatro alunos. No 3.º ciclo haverá sete turmas em cada ano de escolaridade e não há Cursos de Educação e Formação (CEF). No 12.º ano há duas turmas e nos restantes anos (10.º e 11.º) esperam-se os resultados dos exames nacionais.

Ponto 3: Apreciação do Plano estratégico a implementar no ano letivo 2016/17 - A Diretora informou que frequentou uma ação de formação de carácter obrigatório pela tutela e nesta ação participaram também os coordenadores de ciclo do Conselho Pedagógico, Paulo Marques e Ana Maria Carvalho. No final da ação apresentaram o trabalho intitulado Plano Estratégico de Promoção do Sucesso Educativo. Este documento, obrigatoriamente, tem de ter o parecer do conselho pedagógico e do conselho geral. O primeiro foi obtido no passado dia vinte e quatro de junho. De seguida, a Diretora apresentou detalhadamente o documento em questão referindo que o mesmo se desenvolverá num período de quatro anos e inicialmente abrangerá o 1.º, 2.º, 5.º e 7.º anos, dando enfoque nos seguintes itens: missão, três medidas a desenvolver (Medida 1 - Redução do insucesso no ensino básico; Medida 2 - Combate ao absentismo escolar/ abandono precoce; Medida 3. Combate à indisciplina/ instabilidade na sala de aula) e caracterização de cada medida (1. Fragilidade/problema a resolver e respetiva(s) fonte(s) de identificação; 2. Ano(s) de escolaridade a abranger; 3. Designação da medida; 4. Objetivos a atingir com a medida; 5. Metas a alcançar com a medida; 6. Atividades

a desenvolver no âmbito da medida; 7. Calendarização das atividades; 8. Responsáveis pela execução da medida; 9. Recursos (crédito horário ou recursos necessários à implementação da medida; 10. Indicadores de monitorização de meios de verificação da execução e da eficácia da medida; 11. Necessidades de formação contínua). Aquando da discussão da análise do referido documento, o conselheiro Rui Polónia questionou a percentagem de sucesso na população cigana, ao que a Diretora respondeu que era residual e que algumas crianças já frequentam a Pré. A conselheira Manuela Bornes considera que os níveis de insucesso nesta população se devem ao facto dos discentes não serem considerados alunos de Língua Portuguesa não Materna. Ainda a este propósito, a Diretora opinou que os mesmos deveriam ser espalhados pelas diferentes escolas. A conselheira Ana Cunha informou que a CMO, em resposta à solicitação da DGeste para pronúncia sobre a rede escolar para o próximo ano letivo, considerou que o encerramento da escola deveria acontecer de forma natural. Ainda a respeito dessa comunidade, acrescentou que se fixou na Marinha desde o início dos anos 80, em 9 casas de arrendamento social, as quais praticamente não tiveram qualquer intervenção desde essa altura. Mencionou que os casais de etnia cigana, por norma, têm muitos filhos e muito cedo. A CMO em 2014 atribuiu duas habitações sociais, a dois agregados da comunidade da Marinha que, atualmente, se encontram integrados. A Diretora acrescentou que do contacto estabelecido com pais dos alunos ciganos, verifica que as mães já manifestam preocupação em relação à educação dos seus filhos. A propósito dos recursos propostos para a implementação da Medida 2, a conselheira Ana Cunha informou que foi criado, recentemente, na Câmara Municipal de Ovar, o serviço de Psicologia, com técnico da especialidade que pertence ao quadro e ainda um projeto sociocomunitário, em que a equipa é composta por um psicólogo e uma educadora social, o qual será mais um recurso para o Agrupamento. Finalizando a reflexão, o conselheiro José Lopes perguntou quantos alunos de etnia cigana iriam frequentar o 2.º ciclo, no próximo ano letivo, ao que a Diretora respondeu que dois, bastante jovens, e ficarão na turma de origem. Além disto, uma das estratégias a propor ao futuro diretor de turma destes discentes, será o afastamento dos mesmos durante os intervalos dos restantes alunos ciganos que já frequentam a ADS. O mesmo conselheiro realçou o facto do excerto do texto da missão do documento em análise não envolver os não docentes. Terminou a sua intervenção, afirmando a importância da firmeza por parte de todos. O documento em questão obteve o parecer favorável do conselho geral.

Ponto 4: Parecer sobre os Critérios a considerar na organização do ano letivo 2016/17 – De seguida, fez-se a análise do documento sobre a Organização do próximo ano letivo. Os critérios gerais foram definidos pelo Conselho Pedagógico, reunido em vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis. A organização de horários será a seguinte: a) Períodos de

funcionamento – início e fim: Manhã – 8:30- 13:25; Tarde – 13:25 – 18:15 (intervalo das 10 h de 15 minutos, todos os outros de 10 minutos). Na Escola António Dias Simões não passará das 17:30; Noite – 19/19:15 (ajustável em função dos formandos) – 23:30; 1º ciclo – 9:00-11:00, 11:30-13:00, 14:30 – 16:00, 16:30-17:30, salvaguardando-se ajustes a realizar pelos coordenadores de estabelecimento, no intervalo da manhã e no término da manhã/início da tarde para melhor operacionalizar o período de almoço, a mudança para as aulas de inglês e intervalos; EPE – 9:00—12:30; 14:00-15:30, salvaguardando-se ajustes a realizar pelos coordenadores de estabelecimento, no intervalo da manhã e no término da manhã/início da tarde para melhor operacionalizar o período de almoço e intervalos; b) Distribuição de tempos letivos diários: Cada turno pode ter até 3 blocos de 90 minutos; se necessário poderão ser lecionados mais de 8 tempos diários nas turmas de ensino regular no dia em que é lecionada a disciplina de RM e nas turmas do ensino profissional; c) Limite máximo entre 2 turnos distintos do dia: Desejável 90 minutos (1 bloco) podendo ser se necessário 135 minutos (1,5 blocos); d) Distribuição das disciplinas com 3 ou menos dias: Não devem ser lecionadas em dias consecutivos as disciplinas lecionadas em 2 dias e as disciplinas lecionadas em 3 dias, sempre que possível, também não devem ser lecionadas em dias consecutivos; e) Distribuição dos tempos de diferentes disciplinas de língua estrangeira: Não poderão ser lecionadas consecutivamente; f) Alteração pontual dos horários dos alunos para efeito de substituição de aulas por ausência de docentes. Deverão privilegiar-se as permutas desde que avisados antecipadamente os alunos e, no ensino básico também os encarregados de educação. Por conveniência de serviço poderá fazer-se alteração pontual dos horários desde que comunicada atempadamente aos encarregados de educação e alunos; g) Distribuição dos apoios a prestar aos alunos: no ensino básico deverá proceder-se à concentração dos apoios num período do dia (manhã ou tarde), preferencialmente por ano de escolaridade, para possibilitar a constituição de grupos temporários de homogeneidade relativa com vista à criação de condições para reforço de competências, reforço de autoestima, organização do estudo e à superação das dificuldades. No ensino secundário deve evitar-se, sempre que possível, a sua concentração de forma a não sobrecarregar os dias com maior carga letiva bem como a deslocação dos alunos à escola para apoios em tempos isolados, em período sem componente letiva. Deverão privilegiar-se os apoios nos inícios de cada ciclo do ensino básico com incidência no desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo; h) Desenvolvimento das AEC conforme artigo 18º da Portaria n.º 644-A/2015: as AEC são desenvolvidas após o período curricular da tarde, isto é das 16:30 às 17:30 h; i) Deverá evitar-se a realização de visitas de estudo no 3º período, particularmente nos anos submetidos a provas finais/exames



finais; as visitas de estudo só deverão realizar-se se houver possibilidade de posterior exploração pedagógica.

Ponto 5: Aprovação do mapa de férias da Diretora do Agrupamento.

O mapa de férias foi aprovado por unanimidade: a) doze dias em julho/agosto/setembro por conta do período de férias do ano anterior – doze dias não gozados no 2.º período por conveniência de serviço; b) vinte e dois dias, entre novembro e dezembro, em datas a confirmar.

Não estiveram presentes na reunião com justificação, os conselheiros: António Costa, Bruno Oliveira, Teresa Cruz, e Guilherme Enguião. Os conselheiros Francisco Andrade e Gonçalo Borges não justificaram a sua ausência.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

---

Teresa Andrade/ Teresa Dias

---

Maria de Lurdes Ferreira